



MAPA RESUMO DAS DELIBERAÇÕES APROVADAS EM MINUTA NA REUNIÃO DE CÂMARA DE 23/07/2021

ORDEM DE TRABALHO	DELIBERAÇÃO
<p>05. Pedido de Parecer de passagem da 82.^a Volta a Portugal em Bicicleta</p>	<p>Deliberado, por UNANIMIDADE, ao abrigo do Decreto-Regulamentar n.º 2-A/2005, de 24 de Março, emitir Parecer positivo à passagem da "82.^a Volta a Portugal Santander", no dia 6 de agosto, conforme percurso apresentado, devendo, no entanto, serem acauteladas todas as condições de segurança e proteção de bens privados, assim como das próprias vias, responsabilizando-se a respetiva organização pelos danos supervenientes que possam ocorrer, devendo a referida entidade ser notificada da presente deliberação.</p>
<p>06. Pedido de autorização de condicionamento de trânsito de estrada municipal</p>	<p>Deliberado, por UNANIMIDADE, ao abrigo do Decreto-Regulamentar n.º 2-A/2005, de 24 de Março, emitir Parecer positivo ao pedido de autorização de condicionamento da estrada municipal da Foz do Cobreiro - Ladeira, no dia 24 de julho, das 09h00 as 13h00 e das 14h00 as 18h00, apresentado em nome de SILRODA0 - Transportes de Mercadorias, Lda.. para efeito de realização de testes de viaturas de Ralis, conforme percurso apresentado, devendo, no entanto, serem acauteladas todas as condições de segurança e proteção de bens privados, assim como das próprias vias e após o término do evento, deverão ser retiradas todas as fitas e marcações dispostas ao longo do percurso, bem como a limpeza da respetiva via, responsabilizando-se a respetiva organização/condutores pelos danos supervenientes que possam ocorrer, devendo ser respeitados todos os condicionalismos impostos pela GNR, bem como o Parecer dos Serviços Técnicos, dos quais o requerente deverá ser notificado.</p>



07. Apreciação do Plano de Transportes Escolares para o ano letivo 2021/2022

Deliberado, por **UNANIMIDADE**, nos termos das atribuições e competências referidas na alínea gg) do n.º 1 do artigo 330 da Lei 75/2013, de 12 de setembro, aprovar o Plano de Transportes Escolares para o ano letivo 2021/2022.

08. Contrato de arrendamento da Infraestrutura Municipal sita na Quinta da Torre Velha em V. V. Ródão

Deliberado, por **UNANIMIDADE**, proceder:

1. Ao arrendamento da infraestrutura municipal destinada ao uso de Cafeteria/Loja de Conveniência sita no Loteamento da Quinta da Torre Velha, que se encontra descrito na Conservatória do Registo Predial de Vila Velha de Ródão sob o n.º 6024 da freguesia de Vila Velha de Ródão, ao abrigo das alíneas ee) do n.º 1 do artigo 330 da Lei n.º 75/2013 de 12 de setembro;
2. À realização de hasta pública no próximo dia 6 de agosto, pelas catorze horas e trinta minutos, nos termos e condições constantes da proposta de Edital para a escolha do arrendatário que irá ocupar as instalações..

09. Protocolo de colaboração – Instituto de Gestão do GAE

Deliberado, por **UNANIMIDADE**, nos termos da alínea r) do número 1 do artigo 330 da Lei N.º75/2013, de 12 de setembro na sua redação atual, aprovar a proposta de protocolo com a instituição Direção-Geral dos Assuntos Consulares e Comunidades Portuguesas para a Instituição e Gestão do GAE — Gabinete de Apoio ao Emigrante, no âmbito da Lei n.º 50/2018, de 16 de agosto, que estabeleceu o quadro de transferência de competências para as autarquias locais e entidades intermunicipais, concretizando os princípios da subsidiariedade, da descentralização administrativa e da autonomia do poder local e nos termos da alínea b) do número 1 do artigo 1.º do Decreto-Lei n.º 104/2018, de 29 de novembro, se concretiza a transferência de competências para os órgãos municipais de instituir e gerir os Gabinetes de Apoio aos Emigrantes.



10. Processo de obras n.º 1/21-PL em nome de Tecneira, S.A., para instalação de UPP'S (Unidades de Pequena Produção Solar Fotovoltaica)

Deliberado, por **UNANIMIDADE**, emitir Parecer Favorável quanto a localização para a instalação de UPP's (Unidades de Pequena Produção Solar Fotovoltaica) pretendida, condicionado a execução do projeto de enquadramento paisagístico apresentado.

11. Constituição de compropriedades

Deliberado, por **UNANIMIDADE**, emitir Parecer Favorável às constituições da compropriedade solicitadas por Rosa Paula Soares Martins e Maria de Lurdes Pires Carmona, nos termos indicados pelas requerentes, chamando, no entanto, a atenção para o facto de não se conferirem quaisquer direitos específicos ou reconhecimento de legitimidade no caso de se pretender a compropriedade para eventuais construções futuras ou fracionamentos desconformes com o disposto no Código Civil.

12. Subsídios nos termos dos Regulamentos Sociais

Deliberado, por **UNANIMIDADE**:

- ao abrigo do disposto no artigo 13.º, conjugado com o n.º 3 do art.º 15.º do Regulamento de Apoio à Fixação de Jovens e Famílias, atribuir um subsídio mensal a Ana Catarina Curado Pereira, durante um ano, para comparticipação do valor da renda, no montante de 112,50 €, a ser pago de acordo com o respetivo regulamento; isentar a requerente do pagamento das taxas de disponibilidade de água e saneamento e taxa de lixo, no valor aproximado de 7,00 €/mês, pelo prazo de um ano, nos termos do n.º 3, do art.º 7.º, do referido regulamento;

- ao abrigo do disposto na alínea C), art.º 1.º, do Regulamento de Apoio a Estratos Sociais Desfavorecidos, isentar Luís Miguel Ramos dos Santos, do pagamento das prestações das ATL, referente a uma quinzena e meia;

- ao abrigo do disposto no artigo 3.º, artigo 4.º e artigo 5.º, do Regulamento de Apoio a Extratos Socias Desfavorecidos, isentar Rosalina Rodrigues Martins Carmona do pagamento da limpeza da fossa séptica.